

Isabel Carvalho Guerra, *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo. Sentido e formas de uso*, Estoril, Principia Editora, 2006.

Por Madalena Matos

Como o título o sugere, mais do que um manual de análise de conteúdo, este livro de Isabel Guerra dá conta de todo o processo da pesquisa empírica onde a análise de conteúdo é o instrumento privilegiado de tratamento da informação.

Esta opção – apresentação de um conjunto de técnicas de análise e, simultaneamente, dos pressupostos teórico-metodológicos que as justificam – parece-me particularmente ajustada dado o contexto actual de desenvolvimento da pesquisa empírica em sociologia.

Numa perspectiva metodológica, a distinção entre análise de “dados quantitativos” e análise de “dados qualitativos” parece ser um dado adquirido. Dados quantitativos são aqueles que assumem uma forma numérica e, por natureza, só podem ser trabalhados no âmbito de “técnicas quantitativas”, sendo mais comuns as técnicas estatísticas baseadas nos conceitos de frequência e probabilidade. Dados qualitativos são os que assumem uma forma não numérica e, como tal, não são passíveis deste tipo de tratamento (a “matemática qualitativa” porá em causa esta distinção, mas não a vamos considerar aqui).

É também um dado adquirido não existirem, na realidade social, dados quantitativos e dados qualitativos. Os dados são construídos, e é desta construção que resulta a sua forma: numérica ou não. Mais, qualquer “realidade” pode ser formatada de uma maneira ou de outra, dependendo esta formatação dos objectivos daquele que constrói os “dados”. Os “dados quantitativos” são números; entre os “dados qualitativos”, conhecemos as palavras e as imagens.

Ora, se no que diz respeito aos dados “quantitativos”, há um consenso alargado sobre o conjunto de técnicas que permitem deles retirar informação pertinente para descrever, classificar, explicar ou interpretar a realidade social, já no que diz respeito aos “dados qualitativos” este consenso é bem mais difícil de atingir: não existe, neste caso, qualquer tipo de instrumento que possa ter paralelo com a estatística. Por um lado,

por causa da heterogeneidade dos dados qualitativos e, por outro, porque os critérios que lhes podem ser aplicados não têm a univocidade da frequência e da probabilidade, critérios sobre os quais se constroem as técnicas estatísticas.

Com efeito, o estudo e a análise da palavra e da imagem têm sido desenvolvidos no âmbito de disciplinas muito diferentes, dando origem a uma panóplia de técnicas baseadas em critérios que não só são variados, como se revestem de significados não consensuais, apesar da existência de uma palavra que em geral os designa: o sentido.

Como refere Isabel Guerra, este estado das coisas tem vindo a traduzir-se, no âmbito das ciências sociais, num permanente ascendente das chamadas pesquisas quantitativas sobre as chamadas pesquisas qualitativas. Ascendente que decorre, em grande parte, da maior facilidade de validação dos resultados científicos apresentados em termos estatísticos. Ascendente que se traduz, entre outros, no volume de publicações e no grau de aceitação social dos resultados produzidos. Tal estado das coisas, não sendo suficiente para fazer desaparecer das ciências sociais as pesquisas qualitativas, tem sido suficiente para obrigar os “qualitativistas” a, em permanência, justificar os fundamentos metodológicos e epistemológicos das técnicas utilizadas. O que não acontece certamente quando são accionadas técnicas estatísticas: neste caso os fundamentos são sobejamente conhecidos e alargadamente aceites.

Estado de coisas que explica, também, a organização do livro de Isabel Guerra, onde a apresentação da análise de conteúdo é precedida por uma exposição teórico-metodológica que a fundamenta. O livro compõe-se de quatro capítulos. No capítulo 1 são discutidos os pressupostos epistemológicos da utilização da “palavra” dos actores sociais como dado empírico que nos permite conhecer a realidade social. O capítulo 2 é dedicado aos métodos subjacentes à utilização da entrevista no âmbito de uma pesquisa sociológica. O capítulo 3 aborda as funções e utilizações

das entrevistas, isto é, dos instrumentos de recolha de dados sob a forma de *récits de pratiques*. No quarto e último capítulo são apresentadas as técnicas de análise da informação assim produzida.

O livro começa com a exposição de uma teoria da acção com base nos conceitos de estrutura, prática e representação, discutindo-se, no plano epistemológico, a articulação objectividade/subjectividade, a relação dedução/indução, e o confronto entre teoria e empiria na perspectiva das possibilidades de generalização do conhecimento produzido.

No capítulo 2 são apresentadas duas propostas de classificação dos métodos que se baseiam na informação recolhida por entrevista. A classificação de Demazière e Dubar que distinguem as perspectivas “ilustrativa”, “restitutiva” e “analítica”, e a proposta de Bertaux que distingue as funções “exploratória”, “analítica” e “expressiva” das entrevistas. De facto, podemos considerar estas duas propostas como propostas de classificação de um dos critérios de definição do método ou “desenho de pesquisa”. Se considerarmos a construção do desenho de pesquisa enquanto delimitação do campo de observação, selecção das técnicas de produção da informação e definição do alcance, ou do estatuto, da informação produzida, podemos entender as propostas de Demazière e Dubar e de Bertaux como classificações deste estatuto da informação produzida pelas entrevistas. E neste sentido, podemos, talvez, ir mais longe na reflexão sobre o método se compararmos as duas classificações, o que espero tenhamos a oportunidade de vir a fazer noutra ocasião.

O capítulo 3 é dedicado à entrevista enquanto técnica de recolha de informação e são aqui discutidos dois tipos de questões. Por um lado, as que dizem respeito à selecção dos entrevistados e aos critérios que organizam esta selecção: a diversificação e a saturação. Por outro lado, as questões associadas à própria realização da entrevista, sendo dado especial destaque aos problemas da directividade, e da elaboração e utilização do guião da entrevista. Num e noutro caso o texto apoia-se em exemplos concretos retirados de pesquisas recentes, incluindo as de sociólogos portugueses, o que constitui uma mais valia apreciável nomeadamente numa perspectiva pedagógica.

No capítulo 4 são abordadas as técnicas de análise de conteúdo. Cabe aqui uma curta referência à utilização desta expressão. Como refere Isabel Guerra, há diferentes tipos de análise de conteúdo, poderíamos dizer, mais genericamente, diferentes técnicas de análise de “dados qualitativos”. Na história das ciências sociais, a expressão “análise de conteúdo” ficou associada à análise “categorial” de textos escritos ou transcritos, isto é, ficou associada não só a uma técnica de análise em particular, como a uma definição do objecto dessa análise enquanto “conteúdo” que, aliás, poderia ser formatado como numérico ou não. Diferentes desenvolvimentos disciplinares, por exemplo, os da linguística ou da semiótica, vieram perturbar a definição de tal objecto e por arrastamento de tal técnica, assim como introduziram novas expressões, como “análise de ou do discurso”, “análise da enunciação”, “análise da narração”, etc. Por comodidade, podemos continuar a falar de “análise de conteúdo” mas, mais uma vez, a utilização desta expressão numa investigação exige um esclarecimento fundamentado do objecto, da técnica e dos pressupostos da análise. É o que faz Isabel Guerra quando apresenta, no último capítulo do livro, e portanto depois de definidos os pressupostos epistemológicos e metodológicos, quatro técnicas de análise de entrevistas aprofundadas.

São assim apresentadas

- a análise das relações por oposição;
- a análise de Demazière e Dubar que, em parte, completa e desenvolve a;
- análise proposicional do discurso também referida, assim como, e sobretudo;
- a análise de conteúdo “categorial tipológica e temática”.

É nesta última técnica, construída, como a autora refere, a partir das propostas de Poirier e Valladon, que se baseia principalmente este capítulo. A “análise tipológica, categorial e temática” é apresentada detalhadamente e com várias “dicas” práticas, que decorrem da experiência da autora. Mais uma vez recorrendo a diversos exemplos concretos, é ainda destacado o que nesta “análise de conteúdo” serve a descrição, a classificação e a interpretação da realidade social.

O manual *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo*. *Sentidos e formas de uso* assume-se como

uma defesa da pesquisa qualitativa em sociologia. A este propósito gostaria de deixar uma última observação. Em geral, julgo que existe neste, como em outros manuais de métodos qualitativos, alguma flutuação da terminologia utilizada (alguns exemplos, relativos em particular ao 1.º e 2.º capítulos deste manual, mas que podemos encontrar noutros manuais: método ou metodologia ou paradigma; compreensivo ou indutivo ou qualitativo ou interpretativo; assim com diversas combinações destes dois grupos de palavras). Esta flutuação das palavras do método é, sem dúvida, o resultado das dificuldades atrás referidas. Mas, do meu ponto de vista, a concentração de esforços na construção de uma terminologia mais estável não

seria vã, antes constituiria um contributo importante para publicitar, transmitir, legitimar, a chamada “pesquisa qualitativa” em sociologia. Este esforço é tanto mais importante quanto a literatura em português sobre os métodos, não só sofre da flutuação terminológica inerente (?) à pesquisa qualitativa, como tem sofrido da imprecisão que caracteriza as traduções de trabalhos redigidos noutras línguas.

Para terminar, concordando ou não, em parte ou na totalidade, com a perspectiva de Isabel Guerra, julgo que muitos estaremos de acordo em que este trabalho também deveria permitir relançar a discussão sobre os métodos, isto é, sobre aquilo que fazemos. Discussão necessária e certamente fecunda que continua a fazer-nos falta.

Jacques Donzelot, 2006, *Quand La Ville se Défait, Quelle politique face à la crise des banlieues?*, Paris, Éditions Du Seuil, 185 páginas.

Por Alda Teixeira Gonçalves

Quando as Cidades Ardem

Os acontecimentos despoletados por grupos de jovens em França em Novembro de 2005, e que, literalmente, colocaram o país a arder durante cerca de três semanas, pretensamente em consequência do adjectivo pejorativo com o qual o Ministro do Interior classificou a juventude dos bairros sociais dos subúrbios – “*gentalha*” –, constituíram o pretexto para este livro.

Jacques Donzelot, sociólogo e reconhecido especialista em questões sociais e urbanas¹, nele questiona razões citadinas/urbanas que fizeram despoletar tais acontecimentos, que é o mesmo que dizer que questiona a política de cidade que a França adoptou, nomeadamente desde os anos 50, época em que foram construídos os grandes bairros habitacionais dos subúrbios. O próprio

título é elucidativo, remetendo, justamente, para um questionamento da capacidade de intervenção política e social face à realidade urbana dos grandes conjuntos de habitação social existentes em França.

Como sublinha o autor “*La crise des banlieues exprime ainsi la fureur d’une jeunesse des cités qui se sait privée d’avenir – et le dit à sa manière pour montrer qu’elle n’en est pas dupe – mais n’accepte pas que l’on retourne contre elle la lucidité autodisqualificatrice dont elle se pare, comme avec le mot de «racaille», pour la rejeter encore plus.*”²

O livro possui uma estrutura relativamente clássica face à abordagem proposta, encontrando-se dividido em três partes complementares: uma referência às causas sociais e históricas que conduziram aos acontecimentos em análise, seguida de uma análise crítica das principais

¹ É autor de uma vasta obra nesta área, destacando-se entre outros, títulos como *Faire Société* (Seuil), *L’Invention du Social* (Seuil) e *La Police de Families* (Minuit).

² *Op. Cit.*, p. 57.

soluções adoptadas, isto é, da política “*de*” cidade francesa, seguindo-se a apresentação de uma proposta alternativa de política “*para*” a cidade, numa clara apologia de uma identidade urbana, capaz de aumentar o poder dos cidadãos e fortalecer a coesão social.

Entre a Questão Urbana e a Questão Social

Na primeira parte designada “*a questão urbana ou o surgimento de uma lógica de separação na cidade*”, o autor reflecte sobre as causas dos acontecimentos actuais – os motins levados a efeito pelos jovens dos bairros periféricos, encontrando nas lógicas de segregação espaciais que vêm evoluindo desde o séc. XIX algumas das razões das fragmentações actuais entre os grandes bairros habitacionais dos subúrbios e os centros das cidades, nomeadamente as fragmentações sociais entre a marginalização dos habitantes dos primeiros face à integração social dos habitantes dos segundos. A reflexão do autor centra-se, portanto, nas causas que colocam “*uns*” nas margens das cidades, fundamentalmente jovens descendentes de imigrantes e os “*outros*” como cidadãos inseridos.

Através de uma capacidade de síntese notável, o autor permite aos leitores (re)visitarem a história da evolução das cidades francesas, dos problemas e configurações que se foram transformando, de forma oscilante, ora em questão urbana, ora em questão social, tendo quase sempre por pano de fundo as dimensões de segregação socioespacial. As próprias leituras efectuadas pelas “*ideologias políticas dominantes*” foram originando respostas, por vezes pouco adequadas aos problemas reais e, nomeadamente, às situações de desigualdade social e de pobreza.

Assiste-se a uma “*história*” frenética de transformações e mudanças especialmente responsáveis por três tipos de fragmentações, tornadas hoje evidentes por fechamentos intra-urbanos: o fenómeno de “*relegação*” nomeadamente da população imigrante e das minorias étnicas, a “*perurbanização*” e a “*gentrification*”.

Questionar as Políticas de Cidade: a Valorização dos “Lugares” Face às “Gentes”

Na segunda parte, a reflexão centra-se na política *de* cidade francesa, em torno da “*mixité*” ou diversificação social, discutida também em conjunto com o que o autor designa por “*acção à distância*”³ (ou governação à distância), questionando as capacidades e potencialidades deste tipo de política, para evidenciar os seus traços de ineficácia, nomeadamente por via da fragmentação espacial que opõe um par clássico – centro e periferia, imbuída de outras fragmentações de âmbito social, económico e ambiental, pelo menos. A discriminação e o preconceito aparecem como noções subjacentes à política *de* cidade em questão, que acaba por privilegiar o espaço construído em detrimento de quem o habita e das dinâmicas aí criadas.

Donzelot afirma que o papel dos habitantes vem perdendo importância (desde final do séc. XIX) face à relevância do espaço, demonstrando-o através da evolução e implementação das políticas.

Sob o II Império, a reconstrução de Paris levada a efeito por Haussmann foi considerada uma obra de promoção da “*mixité*” social, embora ela não tenha feito mais do que “expulsar” os operários parisienses do centro da cidade, segregando-os. O “urbanismo social higiénico” da segunda metade do séc. XX, também não se prefigurava favorável à “*mixité*” social, já que o seu objectivo era alojar os mais pobres fora das cidades, longe dos centros e perto das manufacturas. Nos anos 50 e 60, esta filosofia começa a alterar-se, embora não explicitamente em favor da ideia de diversificação social dos bairros, mas para permitir, através de custos controlados (HLM), o acesso à habitação por parte do “cidadão médio”. Assim, os bairros HLM promoveram uma “*Proximité spatiale et distance sociale*”, de acordo com expressão de Chamboredon et Lemaire⁴.

Como refere o autor, “*on peut identifier trois types d’actions qui se sont ainsi succédé dans le cadre*

³ Trata-se de uma acção exercida pelo Governo, dirigida aos eleitos locais e transita de uma forma mais formal que contratual para as administrações centrais do Estado e seus serviços locais.

⁴ Cf. Jean-Claude Chamboredon et Michel Lemaire, “Proximité spatiale et distance sociale: les grands ensembles et leur peuplement”, Revue Française de Sociologie, Vol. XI, 1, 1970.

*de la politique de la ville. (...) – développement social, discrimination positive territoriale, rénovation urbaine – sont, en réalité, présentes dès le départ de la politique de la ville. Mais chacune éclôt et se déploie à proportion de l'échec relatif des autres et selon un ordre qui va du plus soft au plus hard. Il y a donc bien dans cette succession un sens, une direction, qui part de la valorisation des «gens» pour aller de plus en plus vers une transformation des «lieux».*⁵

Entretanto, os programas sucederam-se no contexto das políticas de cidade, sem que os anteriores tenham terminado devido a compromissos plurianuais assumidos e, muitas vezes, com orientações conflituais entre si.

Os anos 80 foram marcados pelo “desenvolvimento social urbano” (DSU), através da implementação do programa “Habitat et Vie Sociale” (1977), que originou a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Social dos Bairros, presidido por Hubert Dubedout⁶, que considerava que o desenvolvimento da cidadania devia articular-se ao do urbanismo, pois o desenvolvimento social deveria corresponder a acções centradas “sobre as pessoas”, com objectivo desenvolver o seu potencial para mudar os bairros. Dubebout deveria efectuar propostas para os bairros desfavorecidos, em resposta aos motins ocorridos no Verão de 1981. No entanto, a tónica acabou por ser colocada sobre os deficits que os bairros possuíam em termos de serviços e de emprego. A descrença dos habitantes foi aumentando, já que continuavam sem respostas para as suas carências para as dificuldades de integração que continuavam a sentir.

A partir dos anos 90, a designação de “desenvolvimento social urbano” tornou-se a face de uma política de cidade reorientada para a “discriminação positiva territorial”, que teve um grande impulso entre 1991⁷ e 1997.

Nova reorientação se observou a partir de 1997, agora em torno da “reabilitação urbana”⁸ ou da “renovação urbana”⁹, que se foi afirmando de forma progressiva. Mantinham-se, contudo,

práticas de financiamento especial das associações ligadas ao desenvolvimento social urbano e práticas de compensação dos deficits dos bairros desfavorecidos em matéria de serviços e de emprego, preconizadas no âmbito da “discriminação positiva territorial”.

Relativamente à “mixité” social, o autor refere ainda que a sua filosofia deve ser lida a vários níveis, pois pressupõe “(...) *la lutte contre les concentrations de pauvreté, contre les «communautarismes», mais également et plus encore comme la fin d'un type d'urbanisme organisé autour du logement social et de son uniformité relative. La mixité sonne comme la fin des classes homogènes, l'entré durable dans la flexibilité et la précarité, l'intégration par la propriété et non plus par le seul travail. La doctrine de la mixité est surtout porteuse d'une transformation du rapport au logement, du passage à «une société de propriétaires» à la faveur d'un réaménagement d'ensemble du logement social.*”¹⁰

Nesta sequência, uma “sociedade de proprietários” é demonstrativa de um apagamento progressivo do papel do Estado, de um Estado cada vez com maior pendor neoliberal. Este facto não significa, para o autor, uma diminuição do seu poder, mas a demonstração de uma capacidade para “governar à distância”, com menos custos e, aparentemente, com maior eficácia¹¹. Este tipo de governação assenta essencialmente em leis que estabelecem penalizações e recompensas ao nível das intervenções locais, das comunas.

Mas a especificidade da política *de* cidade consiste no facto de continuamente pensar a cidade como problema e não como solução.

Promover uma Identidade Urbana ou o “Espírito da Cidade”

Na sequência de uma perspectiva analítica bastante crítica, o livro de Jacques Donzelot culmina, na sua terceira parte, com uma proposta de política *para* a cidade, no sentido de responder a questões fundamentais não resolvidas pelas

⁵ *Op. Cit.* Pp. 65-66.

⁶ Dubedout foi, durante vários anos (entre 1965-1983), Presidente da Comuna de Grenoble.

⁷ Nesta data, surgiu uma lei de orientação para as cidades que, pela primeira vez, estabeleceu a “mixité” social como um objectivo legal.

⁸ Designação preferencial da ideologia de esquerda.

⁹ De acordo com o discurso da direita.

¹⁰ *Op. Cit.*, p. 92.

¹¹ A 2.ª Lei da descentralização (2003), procura justamente dar a ideia de que o Estado se despoja do seu poder.

opções políticas antes enunciadas, como a segregação socioespacial, a pobreza e a exclusão das minorias étnicas e a marginalidade e a violência¹².

No seu entender, só uma política assente na facilitação da mobilidade social, no aumento do poder dos habitantes face às intervenções/renovações dos bairros e na unificação da cidade, poderá conferir-lhe coesão socioespacial.

Esta proposta fundamenta-se na observação e análise de práticas, lições e aprendizagens resultantes de programas implementados em alguns países da Europa e na América do Norte, já confrontados com problemas similares.

Após descrever alguns dos programas implementados nos outros países e respectivos resultados, conclui que a importância de «facilitar a mobilidade mais do que impor a “*mixité*” social», implica ultrapassar as barreiras que a ela se colocam, essencialmente a três níveis: alojamento, educação e emprego, sintetizando os principais eixos responsáveis pelas fragmentações identificadas na primeira parte do livro, a relegação, a peri-urbanização e a “gentrification”. Ao Estado compete tomar medidas para promover esta facilitação.

Em termos de alojamento, o problema, refere o autor, é o de uma população pobre habitando num parque habitacional envelhecido que já não responde à crise de alojamento nem às expectativas das pessoas, devido ao seu carácter massificado e à sua inadaptação à sociedade contemporânea. Portanto, importa construir mais alojamentos e mais variados nos preços e nos estilos... referindo ainda a importância de ter em consideração o “estatuto da propriedade” e que aqui o Estado/Municípios devem assumir um forte papel fiscalizador/regulador¹³.

A escolarização é outra das barreiras à mobilidade social e que se joga fundamentalmente em dois planos: no da proximidade dos alojamentos às escolas e no da reputação das escolas, no sentido da negatividade que constitui a existência de “escolas étnicas”. Muitas vezes, as famílias fazem muitos sacrifícios económicos, mudando de bairro para que os seus filhos frequentem escolas de melhor reputação e que pratiquem um ensino mais

qualificado. Importa, pois, aplicar os princípios da responsabilidade dos pais e da equidade.

Em matéria de acesso ao emprego, terceira barreira referida e que não deixa de se encontrar associada às anteriores, o autor propõe também duas hipóteses: uma consiste em facilitar a saída do bairro para um emprego, através do mercado público, por convite às empresas que demonstrem vontade de empregar jovens de bairros desfavorecidos; a outra possibilidade consiste em aplicar o modelo americano de “*empowerment zones*”¹⁴.

Neste contexto, importa ainda aumentar a “capacidade de poder dos habitantes”, através de uma concertação permanente entre habitantes, técnicos e eleitos, ou seja, em matéria de renovação urbana importa dar voz à expectativa e às necessidades dos habitantes.

Por fim, reunificar a cidade implica democratizá-la por oposição a um “governo à distância”.

Em síntese, o que o autor preconiza nesta política *para* a cidade é a facilitação da mobilidade residencial para os habitantes, através da promoção da mobilidade residencial voluntária, da mobilidade profissional e da mobilidade escolar, propondo, antes de mais, não uma acção circunscrita ao bairro, mas uma intervenção abrangendo toda a aglomeração urbana.

Trata-se, em última análise, da busca da preservação e do reforço de uma identidade urbana, através de ingredientes de promoção social com reconfigurações espaciais, pois como enfatiza na própria conclusão importa preservar o “espírito da cidade”, por oposição a uma noção de “generalização do urbano” (acepção de Françoise Choay).

Por “espírito da cidade”, entende o autor, “(...) *une capacité propre à la logique de réseau, à la force des lignes horizontales, à développer l'énergie des individus par la mobilité, celle des groupes par la production de forces au niveau du quartier, celle de la ville dans le réseau des villes lui-même par la construction d'une identité politique de l'agglomération.*”¹⁵ E talvez as cidades deixem de arder...

¹² O autor relembra a sucessão de acontecimentos violentos de 1981, 1991 e de 2005, como reacções às políticas de cidade.

¹³ Jacques Donzelot apresenta duas hipóteses de solução nesta matéria, uma proveniente dos Países Baixos e outra da Alemanha, Cf. p. 137.

¹⁴ Cf. pp. 140-141.

¹⁵ *Op. Cit.* p. 177.

Roselyne de Villanova e Phillipe Bonnin, *Loges, Concierges & Gardiens*, 2006, Éditions Créaphis, França

Por João Ribeiro Lopes

No passado mês de Novembro foi editado em Paris o livro “*Loges, Concierges & Gardiens*”, um trabalho colectivo de recolha de informação sobre o estatuto, história, e a dimensão internacional de uma profissão cuja versão portuguesa é o porteiro.

Tendo em conta a infelicidade desta nomenclatura, bem como o pouco desenvolvimento da actividade em Portugal, este estudo é uma boa notícia para quem não se cansa de procurar um desenvolvimento na organização do mundo laboral. É também um passo mais além da esfera profissional: tirando partido do leque de possibilidades que a pesquisa histórica e a comparação internacional oferecem – uma *première* no universo das portarias – faz sobressair um raio de acção que ao extravar a escala de competências restritas ao pequeno mundo do edifício, pode alcançar uma lógica urbana.

Semelhante alheamento de um meio profissional dotado de grande capacidade de manobra no plano social, não é um exclusivo nacional. É um fenómeno que também acontece além-fronteiras, mesmo nos países onde a reflexão e um constante (re)enquadramento profissional coexistem paralelamente.

Sucedem que em França, quicá o caso mais notório deste grupo, a coabitação do avanço e recuo estatutário ganhou um súbito relevo com o debate gerado em torno da “revolta dos subúrbios”. Entre muitas interrogações sobre causas e efeitos, a evolução da profissão do porteiro, “socialmente intermediária” e profundamente ancorada na cultura urbana francesa, foi identificada como sendo um dos pilares em falta numa estrutura social pouco consolidada.

O presente estudo, da responsabilidade de Roselyne de Villanova (*Casas de Sonho*) e Phillipe Bonnin, vem ao encontro deste debate, empregando uma fórmula que inverte as narrativas do género. Sem nunca abordar acontecimento algum da

actualidade mediática, centra-se em torno de uma única personagem que é analisada à lupa, não deixa de a enquadrar numa zona de influência à escala da cidade. O porteiro, encarado na experiência francesa e enriquecido de outras experiências internacionais, detém as chaves de um posto relevante no jogo de actores das políticas urbanas.

A metodologia de análise é simples, decompondo-se em duas secções: num primeiro tempo é narrado o enquadramento profissional do porteiro em cinco países europeus. O caso francês ocupa o centro da exposição, sendo também o mais complexo. Como contraponto, os autores servem-se dos casos espanhol, italiano, inglês e norueguês. Nesta etapa constata-se uma actividade caracterizada por uma grande diversidade formal e com amplas mutações no tempo. Um capítulo é aliás reservado para a questão da nomenclatura, símbolo das evoluções rápidas e normalmente pouco concertadas da profissão.

Num segundo momento a análise centra-se no espaço da portaria, um lugar ambíguo onde o limite entre o privado e o público se confundem. Neste ponto as variações formais são enormes, a fronteira varia com o caso, país e tempo, não sendo fácil identificar padrões. O maior contraste verifica-se entre os países do Norte e do Sul da Europa, e Portugal é aqui citado como exemplo, onde à presença discreta de um indivíduo num espaço de acesso livre nórdicas se opõem as “cidades privadas” da bacia do Mediterrâneo.

O cruzamento da informação no final da obra traz a lume várias questões que evidenciam um descontentamento dos autores para com a evolução da profissão. No ar fica uma interrogação quanto ao modelo económico da progressiva profissionalização dos serviços. A economia resultante do desaparecimento do espaço da casa e de uma pessoa com um vasto leque de competências poderá ser ilusória. Apesar de real ao nível do

condomínio, é uma perda à escala da urbana, sendo o espaço público a primeira vítima identificada.

No entanto, apesar de todas as dificuldades, incluindo a natureza da própria publicação – uma obra pensada para viver longamente num contexto editorial extremamente volátil – fica o público à

qual esta diz respeito com uma peça do *puzzle* até agora inexistente: a comunicação internacional das experiências e uma vontade expressa de um enquadramento profissional tão unido quanto a Europa da troca de bens e serviços. Oxalá possam este tipo de publicações ter esta mesma sorte.